



# Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

## LEI Nº 1246/1993

Que dispõe sobre a comprovação de aplicação de auxílios, subvenções e contribuições concedidos pelo Município aos órgãos públicos e às entidades que menciona.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As entidades públicas ou privadas que se dedicam ao atendimento à saúde, educacional ou social em geral, deverão comprovar as despesas decorrentes da aplicação dos auxílios, subvenções e contribuições recebidas dos órgãos públicos municipais.

Art. 2º A comprovação abrangerá o total dos recursos recebidos em cada exercício, e, na hipótese da existência de contrato ou convênio, deverá ser feita, separadamente, de conformidade com a destinação pré-fixada.

Art. 3º As comprovações deverão ser apresentadas à Prefeitura Municipal até o dia 31 (trinta e um) de março do exercício seguinte ao do recebimento dos recursos.

Art. 4º As comprovações deverão ser feitas com a indicação detalhada dos recursos recebidos, sua destinação e dos documentos relativos às despesas efetuadas, de acordo com o modelo anexo que faz parte integrante desta lei.

Art. 5º Integrará obrigatoriamente a comprovação:

I – manifestação expressa do Conselho Fiscal ou órgão correspondente sobre a exatidão, total ou parcial, da aplicação do valor recebido no exercício;

II – declaração da existência de fato e do funcionamento da entidade, firmada por autoridade pública, com jurisdição no Município;

III – cópia do balanço ou demonstração da receita e despesa, referente ao exercício em que o numerário foi recebido;

IV – relação dos beneficiários com bolsas de estudo e critérios adotados em sua escolha.

Art. 6º As comprovações deverão ser examinadas pelo órgão concessor para fins de emissão de seu Parecer conclusivo, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comprovação respectiva.

§1º Na hipótese de existência de irregularidade de comprovação ou não tendo sido ela entregue, o órgão concessor deverá exigir que a entidade, no prazo de 30 (trinta) dias, promova a regularização ou sua entrega.

§2º Decorrido o prazo sem que a entidade beneficiária se manifeste, ficará a mesma obrigada a recolher aos cofres municipais o valor do auxílio, subvenção ou contribuição, cujo destino seja considerado irregular, corrigido monetariamente desde a data da sua concessão.



## Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

Art. 7º Os documentos relativos aos atos da receita e da despesa referentes às comprovações, após contabilizados, ficarão arquivados nas entidades beneficiárias, à disposição dos órgãos fiscalizadores.

Art. 8º As entidades que, na utilização de auxílios, subvenções ou contribuições, adquirem bens móveis, deverão contabilizá-los e inscrevê-los no livro de registro de patrimônio, devidamente legalizado.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Passa Quatro, 13 de julho de 1993.

Dr. Paulo Egídio Fonseca de Luca  
Prefeito Municipal

Paulo Roberto Moraes  
Diretor Administrativo